

MEMORIAL COMO EXPERIÊNCIAS DE AVALIAÇÃO PROCESSUAL E FORMATIVA

Sabrina Pereira Vieira; Orientador (a): Francisca Pereira Salvino.

Universidade Estadual da Paraíba

sabrinasilvemail@gmail.com; fransalvino@gmail.com

Resumo

Por muito tempo a avaliação foi usada para medir e classificar os alunos, censurando-os e reprimindo-os, sob a alegação de que isto seria para o bom comportamento dos alunos. Felizmente este modelo de avaliação vem sendo superado e atualmente a avaliação é vista como uma importante ferramenta didático-pedagógica à disposição de educadores e estudantes. A avaliação não deve priorizar apenas o resultado ou o processo e sim a prática de investigação e deve também, questionar a relação ensino e aprendizagem, buscando identificar os conhecimentos construídos e as dificuldades de maneira que ocorra o diálogo entre educador e educando. A partir destas considerações, este artigo objetiva analisar potencialidades e limites relacionados à utilização do memorial acadêmico como instrumento de avaliação mediadora e formativa. Consiste em um estudo bibliográfico desenvolvido no decorrer do componente curricular Planejamento e Avaliação Educacional II, o qual faz parte do currículo do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/campus I). Conclui que o memorial, se bem orientado, possibilita o registro de aprendizagens mais significativas do ponto de vista do estudante, além de favorecer o desenvolvimento de outras capacidades como a autoavaliação. Portanto, pode configurar-se como um potente instrumento de avaliação processual e formativa.

Palavras-chave: Avaliação. Aprendizagem. Memorial acadêmico.

Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar potencialidades e limites relacionados à utilização do memorial acadêmico como instrumento de avaliação mediadora e formativa. Decorre de experiências oportunizadas no decorrer do componente curricular Planejamento e Avaliação Educacional II, ofertado no curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/*campus* I), no período de fevereiro a junho de 2018.

A professora responsável pelo componente propôs a elaboração do memorial para avaliação da primeira unidade da disciplina, sendo aceito pela turma. O encargo de escrever sobre esta trajetória como aluna foi desafiante, pois escrever sobre si mesmo, sobre o próprio desempenho, acertos e erros não é tarefa fácil. Ao contrário, é uma ação complexa de relembrar e refletir, mas que me levaram a ponderar sobre minhas ações, sobre minha subjetividade. Para além disso, possibilitou refletir acerca dos processos de ensino e aprendizagem e do papel que a avaliação ocupa nestes.

Para uma melhor compreensão o artigo encontra-se organizado em três seções, a saber: o primeiro, intitulado Currículo e avaliação, aborda a maneira que a escola dispõe da avaliação, trazendo a tona a centralidade do “poder” de avaliar nas mãos dos professores, quando a avaliação deveria ser feita no coletivo, envolvendo todo o corpo escolar para que a avaliação seja completa e não isolada, centrada somente em um aspecto ou somente naquilo que o professor ver dentro da sala, considerando o aspecto político do currículo; o segundo versa sobre a subjetividade do professor que na maioria das vezes é colocada em meio ao seu discurso como educador e em seus critérios avaliativos, outro ponto discutido é o uso das notas, como uma vertente da nossa cultura meritocrática, na qual se tem uma divisão entre os bons e os ruins, isto faz com a escola se torne “um não lugar”, um lugar no qual não se tem espaço para os que não são bons, que não têm as melhores notas e bom comportamento, acarretando na exclusão escolar; e o terceiro refere-se as “características processuais da avaliação”, fala primeiramente sobre a nota em seu uso como controle sobre o comportamento dos alunos, isto é muito comum no meio escolar, o professor ameaça baixar a nota ou fazer atividades avaliativas visando o bom comportamento dos seus alunos. O juízo de valor é outro ponto em que os autores discorrem, neste o aluno é avaliado a partir das concepções de vida e subjetividade do seu professor, contando também com a relação desenvolvida entre o professor e aluno e que muitas vezes o bom desenvolvimento escolar dos alunos dependem da boa relação entre o professor e o aluno, bem como os instrumentos de avaliação utilizados.

Significados de avaliação

Em princípio, é necessário entender a presença da avaliação no nosso dia a dia e também no da escola. Embora nem sempre percebamos avaliamos e somos avaliados o tempo inteiro, sendo que na escola essa avaliação precisa ser intencional e sistemática, capaz de promover reflexão acerca dos processos de ensino e aprendizagem, dos ambientes, condições e sujeitos desses processos, uma vez que a avaliação interfere diretamente no desempenho destes e mesmo na formação da identidade, da personalidade, do caráter.

Fernandes e Freitas (2008) discutem como tem sido posta a avaliação nos nossos currículos, propiciando uma perspectiva, um novo olhar acerca dos modos de avaliar, quebrando paradigmas e ajudando a entender que a avaliação não é apenas um dever do professor, mas que o processo avaliativo deve ser realizado em conjunto e com a contribuição de outros profissionais que atuam no âmbito escolar.

Os autores analisam que nesse processo as notas trazem consigo uma condição classificatória, “tachando” alunos que por vários motivos não conseguiram ter um bom resultado em testes e provas, mas que em outro tipo de avaliação poderiam demonstrar seus conhecimentos sobre a temática abordada. Esta prática negligencia os alunos em sua subjetividade. Para evitar isto a escola deve fazer uso dos mais diversos modos de avaliar para aproveitar, por assim dizer, todo o potencial dos alunos. Fernandes e Freitas (2008, p. 20), acrescentam que “essa concepção de avaliação parte do princípio de que as ações educativas, as estratégias de ensino, os conteúdos das disciplinas devem ser planejados a partir dessas infinitas possibilidades de aprender dos estudantes”.

O sistema de notas usado nas avaliações, muitas vezes, culmina com a exclusão do aluno da escola. Constata-se, então, que a avaliação deve partir de uma perspectiva de que todos os alunos têm capacidade de aprender, que cada pessoa aprende das mais diversas maneiras, também por isso, a avaliação deve ser inovadora e abrangente.

Entretanto, é possível concebermos uma perspectiva de avaliação cuja vivência seja marcada pela lógica da inclusão, do diálogo, da construção da autonomia, da mediação, da participação, da construção da responsabilidade com o coletivo. (FERNANDES E FREITAS, 2008, p. 20).

A avaliação não serve apenas para verificar se o aluno conseguiu aprender o conteúdo, é muito mais abrangente, deve ser utilizada de maneira que examine como está sendo o desenvolvimento desse aluno, indicando de que maneira ele pode melhorar. Outrossim, é que

os professores usam a avaliação como um meio de controle para manter a ordem em sala de aula, porém a avaliação não foi pensada para ser administrada desta maneira.

Nem sempre o conhecimento é o único quesito colocado em cheque nas avaliações. Atitudes e valores também são avaliados, sendo isso algo polêmico que pode interferir positivamente ou negativamente nas relações aluno-professor. Este proceder é o chamado juízo de valor, no qual o professor a partir de seus princípios e sua própria subjetividade julga por boas ou ruins as ações de seus alunos.

A avaliação escolar pode ser definida como um meio de obter informações sobre os avanços e as dificuldades de cada aluno, gerando um procedimento permanente de suporte ao processo ensino-aprendizagem, servindo de orientação para o professor planejar suas ações, a avaliação é uma bússola norteadora, que tem a finalidade de conseguir ajudar o aluno a prosseguir com sucesso o seu processo de escolarização e desenvolvimento.

Como afirma Hoffmann (2014), isto nos remete à aprendizagem e à avaliação mediadora. Estas fornecem dados sobre os processos, encarando o indivíduo como ser evolutivo, que aprende na medida em que vive, de acordo com as suas experiências, fazendo com que o aprendizado seja significativo para todos os alunos. A informação gerada pela avaliação mediadora ajuda o professor a reagir de forma construtiva ao que aconteceu nos resultados avaliativos e ajustar as tarefas às necessidades dos alunos e a identificar os próximos passos a serem seguidos para o ensino e a aprendizagem. Vê-se importância de tentar captar ao máximo o que o aluno quer dizer aos seus professores por meio de suas respostas nas avaliações oferecidas, pois, segundo Hoffmann corrigir não é avaliar, mas interpretar, para a partir de então definir ações pedagógicas. Sob o mesmo ponto de vista de Hoffmann (2014, p. 61) diz que o caminho é “levar a sério todas as formas de expressão dos alunos como ponto de partida para a continuidade da ação pedagógica”.

Nesse sentido, é necessário refletir sobre procedimentos acolhidos como corretos, para que a avaliação se torne um instrumento favorável ao processo de ensino-aprendizagem. O educador precisa entender os “percursos individuais” de cada aluno, perceber a individualidade dos progressos e não progressos dos alunos para que a avaliação seja mediadora, tanto para o professor quanto do educando. Conforme Hoffmann (2014), é muito mais simples realizar provas, exercícios e testes, para enfim, aplicar notas, porém é imprescindível que a avaliação seja pensada e refletida e que o “silêncio” antecedente a “reflexão” daquele ato aconteça e que aconteça com objetivo de promover novas aprendizagens a partir do que foi constatado, fruto desta compreensão avaliativa.

A análise avaliativa deve ser “multidimensional”, precisa considerar o contexto que envolve a vida do aluno, seus “acertos”, bem como seus “erros” porque estes fazem parte da aprendizagem. Eles dizem muito mais do que se pode imaginar, podendo auxiliar na análise avaliativa. O aluno não deve ser reprimido ou ridicularizado por razão de seus “erros”, logo são de fundamental importância para que se saiba em que ponto o aluno se encontra em seu processo e como ajudá-lo a chegar ao ponto pré-estabelecido.

Ciclos de aprendizagem, progressão continuada e conselhos de classe.

Sobre a organização em ciclos de aprendizagem, Sobral e Salvino (2015) analisam a avaliação enquanto progressão continuada ou automática. Fazem isto a partir de pesquisa empírica realizada em uma escola pública de Campina Grande-PB. Os ciclos de aprendizagem funcionam da seguinte maneira:

Cada ciclo tem a duração de dois anos, distribuídos da seguinte forma: 1º ciclo (1ª e 2ª Séries); 2º ciclo (3ª e 4ª Séries); 3º ciclo (6ª e 7ª Séries) e 4º ciclo (8ª e 9ª Séries). Neste regime o aluno não pode ser reprovado anualmente, apenas ao final de cada ciclo, mesmo que não obtenha desempenho de aprendizagem satisfatório (SOBRAL E SALVINO, 2015, p. 218).

Neste sistema as dificuldades dos alunos não devem ser fator de reprovação/exclusão, mas também não podem ser simplesmente ignoradas. Por meio de uma avaliação criteriosa e cuidadosa, as dificuldades devem ser identificadas e a equipe de trabalho deve colaborar com o professor para ajudar os educandos a avançarem no processo. Todavia, no Brasil, a progressão automática tem servido para aprovar os alunos de qualquer maneira, aumentando ainda mais as dificuldades destes alunos por não terem tido sua dificuldade sanada no nível anterior, criando uma espécie de exclusão interna, uma vez que o aluno permanece na escola, mas sem alcançar as aprendizagens consideradas adequadas para cada etapa do processo. Isto resulta em uma maquiagem nos índices da educação, os quais apontam um bom rendimento escolar em razão das aprovações sem critérios que são realizadas nos ciclos de aprendizagem. “Pintando” um cenário no qual tudo é muito lindo e não existem reprovações ou dificuldades, o que é um sério problema, visto que as dificuldades dos alunos são ignoradas e não são trabalhadas produzindo uma educação repleta de lacunas do saber.

A progressão continuada é uma modalidade de aprovação pautada na compreensão de que o desenvolve ocorre em ritmos diferentes para cada pessoa, a depender de questões e

aspectos cognitivos, mas também culturais e políticas, que visam responder aos anseios dos sujeitos que dela participam. Nela são propostas maneiras distintas de lidar com os sujeitos, com seus conhecimentos e valores, tendo como preocupação central o processo de ensino e aprendizagem e as especificidades dos sujeitos.

Outro aspecto da avaliação que tem gerado polêmicas no Brasil é o conselho de classe. De acordo com Fernandes e Freitas (2008), o conselho de classe é o momento no qual os profissionais da educação, a partir das problemáticas ali indicadas, devem tomar iniciativas que favoreçam o processo de ensino e aprendizagem. Este momento não precisa ser meramente uma etapa na qual os profissionais somente reclamam e desabafam os problemas do cotidiano escolar. Iniciativas que propiciam um trabalho conjunto entre os docentes necessitam ser tomadas.

Esses instrumentos estão a serviço do professor/avaliador, assim como as radiografias podem estar a serviço de um médico e de sua interpretação. Os instrumentos por si sós não dizem nada. Eles só têm sentido para aquele que os interpreta. Cabe ao médico requisitar ao paciente a radiografia adequada, assim como é papel do professor elaborar um teste ou planejar uma atividade para poder observar adequadamente se os alunos estão aprendendo, mas deve saber interpretá-los. (HOFFMANN 2014, p. 122)

O professor precisa saber aonde quer chegar com os instrumentos utilizados. Não pode nem deve ser “um tiro no escuro”, sua ação deve ser refletida e personalizada. A verdade é que todas as ações do professor deverão sempre ter segundas intenções no que diz respeito a instigar o aluno e alcançar objetivos crescentes no processo de desenvolvimento, para que em suas respostas ao instrumento avaliativo, o aluno revele em que ponto do processo se encontra e como o professor pode ajudá-lo a partir de então.

Uma Experiência de Avaliação processual

Na disciplina Planejamento e Avaliação Educacional II a Professora Francisca Salvino propôs a elaboração de um memorial acadêmico como instrumento de avaliação da unidade I da disciplina. Após a aceitação da turma, a Professora orientou para que estudássemos o texto *Currículo e avaliação* de Fernandes e Freitas (2008) e elaborássemos uma resenha, seguindo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), bem como observando as normas da Língua Portuguesa culta. Neste memorial foi colocado as experiências que como alunas deste componente vivenciamos, as aprendizagens e dificuldades, para que a partir das memórias ali postas fosse feita uma reflexão acerca de tudo o que foi vivenciado em sala.

Para a avaliação orientou que cada aluna escolhesse uma colega para avaliar sua resenha. Após, as resenhas foram devolvidas as suas autoras com observações e orientações para sua reescrita, caso fosse necessário. Disponibilizou uma ficha de avaliação com critérios, tais como: a escrita de acordo com as regras da gramática, coesão e coerência, as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e o uso das concepções dos autores estudados em sala de aula.

Orientou para que procurássemos ser objetivas e imparciais, independentemente de sermos amigas, conhecidas ou não das autoras. Na sequência as resenhas (primeira versão e versão reescrita) seriam comentadas antes de serem avaliadas pela Professora. Foi feita uma troca das resenhas entre os alunos para que todos pudessem ter a oportunidade de avaliar. Não foi uma tarefa fácil estar na posição de avaliador, porém esse momento propiciou a todas uma experiência enriquecedora. Cada uma percebeu seus próprios “acertos” e “erros”, despertando a empatia e a necessidade de se colocar no lugar do outro, possibilitando a auto avaliação.

A maioria das alunas ficaram constrangidas em indicar e comentar os “erros” da colega. Quando não havia proximidade entre autora e avaliadora a avaliação fluía mais facilmente. Conforme Hoffmann (2014) é muito simples realizar provas, exercícios e testes para enfim, aplicar notas, porém é imprescindível que a avaliação seja pensada e refletida e que o “silêncio” antecedente à “reflexão” daquele ato ocorra e que isto aconteça com objetivo de promover novas aprendizagem a partir do que foi constatado, fruto desta compreensão avaliativa. A avaliação deve ser feita com o objetivo de promover mais aprendizagem e nunca reprimir o avaliado, pois os traumas ocasionados nestas situações podem bloquear certas habilidades da pessoa que esta sendo avaliada, tudo deve ser feito criteriosamente.

O cenário criado pelo educador tais como o tom afetivo ou agressivo na condução dos trabalhos, os tempos destinados às situações de aprendizagem, os recursos disponibilizados e outros aspectos, pode ser diretivo e limitador das respostas dos alunos ou, ao contrário, provocativo e convidativo à aprendizagem (HOFFMANN, 2014, p. 49-50).

Outro aspecto interessante foi que a avaliação dependeu do nível de conhecimento da avaliadora. As alunas que conheciam menos as normas técnicas e linguísticas, não identificavam as falhas a serem corrigidas e limitavam-se a tecer elogios às resenhas. Por outro lado, quando a aluna sabia mais, sentia-se constrangida e evitava apontar todas as falhas. Ou seja, embora se procurasse ser objetivas e imparciais, seguindo os critérios previamente definidos pela Professora, cada uma elaborou outros critérios.

É indispensável que as relações afetivas componham o cenário avaliativo. Conforme Hoffmann (2014, p.52), “O aluno precisa se sentir protegido, seguro e respeitado por todos em todos os momentos”. Os Professores devem ter postura facilitadora, estimulante e corroborar o processo de aprendizagem e de desenvolvimento do sujeito que está em construção. A afetividade é um dos elementos que constituem o ser humano, visto que não podem ser negligenciados e sim desenvolvidos, uma vez que fazem parte de suas habilidades e competências. Deve, portanto, apontar as falhas e orientar para as correções de modo a não frustrar, humilhar, constranger ou desestimular. Caso contrário, se constituirá em bloqueador das aprendizagens, justamente o inverso da sua função.

Conclusão

A avaliação mediadora e formativa destina-se a promover ações em benefícios dos alunos. O educador tem como papel fundamental fazer parte do sucesso ou do fracasso dos alunos, ou seja, o professor tem a responsabilidade de através de uma prática e reflexiva conhecer o seu aluno e identificar a maneira certa de instigar a aprendizagem, levando em conta seus conhecimentos anteriores e a sua história, o professor terá que possuir uma postura reflexiva. Usando de uma formação continua para saber avaliar o aluno e avaliar a si mesmo, para que ele reflita sobre suas próprias ações como educador. Ele deve ter finalidades em suas ações avaliativas, para que assim o educando se desenvolva integralmente, conforme estabelece a Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), sendo esta a lei maior da educação brasileira. Essa educação integral inclui a preparação para a cidadania, bem como a qualificação para o mundo do trabalho, não necessariamente em termos de formação técnica, mas formação de competência e habilidades para esse fim.

O profissional da educação não pode limitar-se a um único instrumento, devendo recorrer a uma avaliação construtiva, com meios que possibilitem a superação das dificuldades e o desenvolvimento pleno do alunado. Uma avaliação que seja personalizada, diferenciada, mas não discriminatória, excludente ou depreciativa. Que possibilite ao aluno fazer a autoavaliação e progressão contínua, de fato e de direito.

Além disso, convém ressaltar que o ambiente em que é concebida a avaliação é importantíssimo no desempenho do aluno. O ambiente não é composto apenas pela estrutura física em que este aluno se encontra, envolve tudo que o cerca naquele momento, como: pessoas, relações, sentimentos e medos. A relação do indivíduo com o seu objeto de estudo,

com as pessoas e consigo mesmo são fatores influentes na aprendizagem, existe uma energia (sentimento) que direciona seu interesse para uma situação ou outra. O professor deve ser um grande instigador do aluno, provocando-o a sempre querer saber mais e buscar mais acerca dos conteúdos.

Um elemento fundamental nessa perspectiva diz respeito aos instrumentos de avaliação, dado que podem garantir ao professor o direcionamento de suas atividades em sala de aula. Sem instrumentos de avaliação bem planejados e desenvolvidos, o professor prossegue suas atividades “às cegas”, seguindo apenas sua intuição e o aluno não tem critérios confiantes para orientar seu comportamento, seus estudos e até mesmo a sua vida escolar. Os instrumentos de avaliação podem variar dentre os mais convencionais, como os trabalhos, provas, testes, relatórios, interpretações e questionários, e também os mais atuais, ativos e reflexivos como portfólios, diários de classe, relatos de experiências e/ou memoriais. Portanto, o memorial caracteriza-se como instrumento a favor de uma avaliação processual e formativa.

Referências

FERNANDES, Cláudia de Oliveira; FREITAS Luiz de Carlos de. **Indagações sobre currículo: currículo e avaliação**. Brasília: MEC/SEB, 2008.

HOFFMANN, Jussara. Tempo de reflexão: Corrigir tarefas ou interpretar manifestações de aprendizagens? In: HOFFMANN, Jussara. **O jogo do contrário em avaliação**. 9. ed. Porto Alegre: Mediação, 2014. p. 45-72.

SOBRAL, Ana Claudia; SALVINO, Francisca Pereira. AVALIAÇÃO E PROGRESSÃO CONTINUADA: Implicações ao processo de ensino e aprendizagem. In: SILVEIRA, Alessandro Frederico et al. (Org.). **Cotidiano escolar e práticas pedagógicas**. Campina Grande-PB: EDUEPB, 2015. p. 217-243. v. 1.